

657.471.336.748.12

gest-263
VAL
HEM
TES
e.2

263



Superação dos Efeitos das Variações Monetárias nas Demonstrações Financeiras

Mansur Hassane Valabdas

Julho de 2001

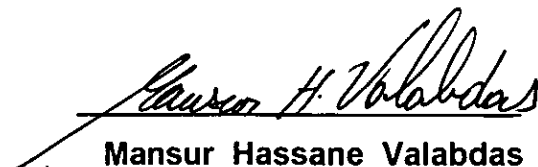
Trabalho de Licenciatura em Gestão
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane

U. E. M. - ECONOMIA	
R. E.	28079
DATA	27/05/02
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	

R.E. 28079

Declaração do actor


Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação.
Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa
instituição educacional.

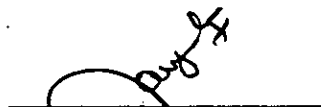

Mansur Hassane Valabdas


Maputo, de Julho de 2001

Aprovação do juri

Este trabalho, foi aprovado com 130 valores no dia 31 de Julho
de 2001 por nós membros do juri examinador da Universidade Eduardo
Mondlane.


(Presidente do Júri)


(Arguente)


(Supervisor)

À Nani minha falecida esposa e aos meus filhos Ináiate e Neila

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos a minha falecida esposa Nani, aos meus pais, irmãos e filhos pelo encorajamento nos estudos; ao meu supervisor, Dr. Ângelo Macuacua pela paciência no acompanhamento do trabalho, aos colegas do curso e todos os que directa ou indirectamente contribuíram e apoiaram para que este trabalho se tornasse realidade.

Índice

Lista de anexos	i
Sumário	ii
Introdução	1
Capítulo I	
A preparação das demonstrações financeiras	
1.1 – Função básica da contabilidade	5
1.2 - Características qualitativas da informação contabilística	6
1.3 - Princípios contabilísticos	7
1.4 - A imagem verdadeira e apropriada	9
1.5 - As limitações das informações contábeis	9
1.6 - A normalização contabilística e as variações monetárias	10
Capítulo II	
Variações monetárias	
2.1 – Os preços	12
2.2 – O nível geral de preços	13
2.3 – Ajustes monetárias	14
2.4 – Os efeitos das variações monetárias	
- Os efeitos da inflação na economia	15
- Os efeitos da inflação nas contas das empresas	17
- Os efeitos na qualidade da informação contabilística	19
- Os efeitos das variações monetárias no conceito de lucro, associado ao conceito de manutenção do capital.	21

Capítulo III

Os modelos de superação dos efeitos da inflação

3.1 – Critérios alternativos ao custo histórico	22
3.2 – Contabilidade ajustada segundo o nível geral de preços	
- O método integrado de ajustes monetários	23
- O método da reavaliação do imobilizado corpóreo;	42
- O critério de vida útil,	45
- Confronto dos modelos	46

Capítulo IV

Aplicação prática do modelo com base nas demonstrações financeiras da Semoc, S.A.R.L.

4.1 – Caracterização da Semoc, S.A.R.L.	48
4.2 – Política contabilista	49
4.3 – Ajustamento das demonstrações financeiras	
- Ajuste do balanço	50
- Ajuste da demonstração de resultados	52
4.4 – Efeitos do ajuste monetário na análise económico – financeira	54

Capítulo V

Conclusões e recomendações 57

Anexos 59

Bibliografia 63

Lista de anexos

Anexo A – Balanços sintéticos da Semoc, S.A.R.L. de 1999 e 2000;

Anexo B – Mapas de demonstração resultados da Semoc, S.A.R.L. 1999 e 2000;

Anexo C – Balanço ajustado do exercício de 2 000;

Anexo D – Demonstração de resultados ajustado do exercício de 2 000;

Sumário

A contabilidade, como sistema é um complexo de normas e procedimentos técnicos intimamente relacionados entre si, que se destinam a possibilitar um controle eficaz dos elementos patrimoniais e a fornecer a administração da empresa as informações a respeito da situação patrimonial, financeira e dos resultados obtidos. "As pessoas responsáveis pelas operações da empresa, precisam das informações produzidas pela contabilidade para auxiliá-las no processo decisório e como instrumento de informação a terceiros do estado patrimonial e suas mutações, em decorrência da gestão de negócios" (Braga: 1990; 25).

A administração da empresa, encontra nas demonstrações financeiras, uma fonte primária em relação a situação corrente da empresa, por isso, a eficiência do sistema de informações contábeis da empresa é fundamental para a análise das demonstrações financeiras, visto que quanto mais deficiente for o sistema contábil, menor o grau de confiabilidade nas informações contidas nas suas demonstrações financeiras.

O instrumento de mensuração utilizado na contabilidade, é a moeda que, não sendo estável em face da inflação na economia, implicará o afastamento entre o valor contábil e o valor de mercado.

Numa economia inflacionária, a questão que se levanta é a da mensuração, dos efeitos da inflação sobre o património e os resultados da empresa. A legislação Moçambicana, obriga a contabilização das operações pelo seu custo histórico, não reflectindo os efeitos da inflação nas contas da empresa distorcendo as informações fornecidas pelas demonstrações financeiras que deixam de representar a realidade económica financeira e os seus resultados totalmente desfasados.

Tendo em vista atender o objectivo da contabilidade como fonte de informação da situação patrimonial e de resultados da empresa, que surgiu o presente tema de trabalho de tese, onde se desenvolvem dois modelos de correcção das demonstrações financeiras com vista a refletirem os efeitos da inflação.

O trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos, sendo os três primeiros capítulos realizados com base na revisão bibliográfica, onde se faz uma abordagem teórica da contabilização e valorização do património a custo histórico, o problema da inflação na contabilidade das empresas e os modelos propostos para a correcção dos seus efeitos na contabilidade, no capítulo quatro, faz-se aplicação dos modelos de correcção propostos, com base nas demonstrações financeiras da empresa Semoc, S.A.R.L. e o capítulo cinco destinou-se as conclusões e recomendações.

I – INTRODUÇÃO

As empresas, no desenvolvimento das suas actividades, são afectadas por vários elementos que influem negativamente ou positivamente. De entre os vários elementos pode-se destacar a inflação que poderá influenciar negativamente ou positivamente o valor e património das empresas, o que impõe a necessidade de correcção da informação fornecida pela contabilidade a custo histórico, de forma a atingir os resultados e um valor patrimonial que reflète a realidade empresarial.

Pelos seus efeitos na economia em geral, nas unidades económicas e nos cidadãos em particular, tem-se assistido nos últimos anos cada vez uma maior preocupação dos governos no controlo da inflação para fazer face a competitividade das empresas no mercado agravado com a abertura aos mercados internacionais através do advento da globalização.

Em países com níveis de inflação relativamente acentuados sendo Moçambique um dos casos, as empresas e a esmagadora maioria da população é impotente perante o minguar do poder de compra o que obriga um maior cuidado no tratamento deste fenómeno. “ Costumávamos ir a loja com dinheiro nos bolsos e voltávamos com os cestos carregados de bens. Agora vamos com dinheiro nos cestos e voltamos com os bens nos bolsos. Os preços estão elevados” (Samuelson:1991;128)

A inflação acumulada em Moçambique, foi de 11,8% em Dezembro de 2 000 e a desvalorização contínua e constante da moeda nacional – Metical – em relação ao Dólar Americano. “A depreciação nominal do Metical, de Janeiro a Março de 2 001 sitou-se em 9%” (Mosse; 2001: 1), tornam a abordagem do tema pertinente pelo facto das demonstrações financeiras, serem a principal fonte de informação da actividade empresarial e por conseguinte terem de ser reajustadas para reflectir o efeito da inflação.

A contabilidade, como ciência sócio-económica, permite dar a conhecer a situação patrimonial resultante dos registos das operações empresariais, valorizadas a custo histórico, não reflectindo a perda do poder de compra, o que resulta em demonstrações financeiras desajustadas, não fornecendo a real imagem da empresa, pondo em causa a importância da contabilidade em tanto que instrumento fundamental de controlo de gestão e não disponibilizando informação que possibilita, a condução correcta dos negócios através de tomada de decisões oportunas.

Atendendo esta pretensão, é necessário corrigir ou reexprimir as demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, de modo a que estes reflitam a perda de poder de compra do dinheiro por efeito da variação do nível geral de preços.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A complexidade de abordagem da influência da inflacção, sobre as demonstrações financeiras das empresas e o interesse em analisar as práticas actualmente seguidas ao nível empresarial, referentes as correcções monetárias nas demonstrações financeiras que o presente trabalho de licenciatura procura versar, tendo em vista avaliar de forma realista, o valor do património da empresa, permitir correcta tomada de decisões, definir objectivos e controlar a gestão empresarial.

A ausência de uma legislação clara, que permite o ajustamento das demonstrações financeiras, salvo o caso da reavaliação do imobilizado, e os modelos a utilizar, não são motivo suficiente para que as empresas não efectuem para efeitos internos de gestão empresarial a correcção das demonstrações financeiras de modo a refletirem a verdadeira situação empresarial. Neste trabalho, são estudados dois modelos de correcção que são de maior utilização.

ESTRUTURA DO TRABALHO

A apresentação deste tema, longe de o esgotar, tem como objectivo a abordagem de alguns dos processos de correcção dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras e consequentemente no património empresarial, é composto por três capítulos a saber:

- Capítulo 1 – Onde faz a abordagem teórica dos pressupostos bases da contabilização e valorização do património das empresas com base no custo histórico.
- Capítulo 2 – Neste capítulo, é abordada a problemática da inflação e a contabilização e valorização do património das empresas tomando em conta as variações do poder aquisitivo da moeda, sobretudo os seus efeitos nas contas das empresas;
- Capítulo 3 – Destina-se aos modelos de correcção dos efeitos das variações monetárias nas demonstrações financeiras;
- Capítulo 4 – Dedicado a aplicação prática dos modelos, com base nas demonstrações financeiras da empresa Sementes de Moçambique, S.A.R.L. (SEMOC), e
- Capítulo 5 – Referente as conclusões e recomendações.

METODOLOGIA

A metodologia adoptada na elaboração do presente trabalho, assentou na revisão bibliográfica com vista a fundamentação teórica dos modelos, entrevistas aos profissionais da área de contabilidade e aos técnicos da Direcção Nacional de Imposto e Auditoria para análise da prática empresarial.

Para a ilustração da funcionalidade dos modelos, recorreu-se ao estudo de caso prático com base nas demonstrações financeiras da empresa Sementes de Moçambique, S.A.R.L. (SEMOC), dos exercícios económicos de 1999 e 2000, e a sua análise nos resultados e implicação nos indicadores da análise económico e financeira da empresa.

CAPITULO I

I – A PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 – Função básica da contabilidade

A gestão empresarial, não é possível sem um sistema de informação que permite fornecer um conjunto de elementos de que carecem os gestores para a tomada de decisões que levem as empresas a execução dos seus propósitos para as quais elas foram constituídas. Uma correcta gestão é possível com a disponibilidade e oportunidade de informação e acima de tudo informação credível e que exprima com fidelidade a realidade que reporta.

O objectivo da contabilidade, é por um lado inventariar o património da empresa e, por outro medir e explicar os resultados, proporcionando aos interessados quantificações e informações sobre a proveniência, forma como foram utilizados os recursos da empresa, fornecendo informação sobre a posição financeira, desempenho e das alterações ocorridas na empresa.

As informações fornecidas pela contabilidade através das demonstrações financeiras, tem como destinatário vários utentes quer ao nível interno da empresa como externo. Ao nível interno, destina-se a administração da empresa, aos trabalhadores, etc, ao nível externo, a informação destina-se basicamente a Administração Pública; clientes; fornecedores; investidores; aos bancos, a aqueles que de maneira geral tenham interesse na actividade da empresa e ao público em geral.

1.2– Características qualitativas da informação contabilística

A informação contabilística para que atinja os objectivos que estão na base da sua elaboração e seja útil e compreensível aos seus destinatários, deve obedecer as seguintes características:

- Relevância;
- Fiabilidade;
- Comparabilidade.

Relevância

É a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos destinatários da informação, ou ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros da empresa ou a confirmar ou corrigir as avaliações passadas.

Fiabilidade

É fiável a informação isenta de erros e de juízos prévios, ao mostrar correctamente o que tem por finalidade representar ou se espera que razoavelmente represente, podendo dela dependerem outros utentes dessa informação.

Comparabilidade

A divulgação e a quantificação dos efeitos financeiros de operações similares e de outros acontecimentos, bem como o seu registo devem ser feitos de forma consistente pelo conjunto da empresa e durante a sua vida, para identificarem tendências na posição financeira e nos resultados das operações. A normalização contabilística é importante para a consecução da comparabilidade entre as empresas.

1.3– Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos, resultaram do aprofundamento de problemas ligados à contabilidade, que permitem a fixação de normas e procedimentos comuns que conduzem a consenso sobre a matéria. Os princípios contabilísticos, constituem um conjunto de normas e convenções que servem de guia aos contabilistas na preparação e elaboração das demonstrações financeiras; constituem a descrição de pontos de consenso em que assenta a teoria e prática contabilística.

Para que um princípio contabilístico seja geralmente aceite, é necessário que o seja não só por um profissional ou entidade credível como sendo adequado. "É necessário que seja aceite não só por grande numero de profissionais envolvidos no processo económico, como também e fundamentalmente, que a sua aplicação nas demonstrações financeiras, resulte numa melhor forma de expressão dos dados empresariais para todos os sectores de actividade" (Costa, 1995: 51)

Os princípios contabilísticos, agrupam-se em dois grupos:

- Aqueles a que está subjacente a preparação das demonstrações financeiras, não sendo mencionados porque a sua aceitação e uso são considerados implícitos, nomeadamente:

Princípio de continuidade – Onde se presume-se a duração da empresa por prazo indeterminado, desde que não surjam evidências bastantes fortes em contrário, não se pressupondo intenção de reduzir materialmente a actividade empresarial ou de entrar em liquidação;

Princípio de Consistência – Referente aos princípios contabilísticos adotados pela empresa de um período contabilístico para o outro que esta não deve modificá-los sob pena de prejudicar a comparação de dados contábeis no tempo; e

Princípio de competência de exercícios – Os custos e proveitos devem ser reconhecido quando obtidos ou incorridos e não quando são recebidos ou pagos, sendo apresentados nas demonstrações financeiras de períodos a que respeitam. Na análise das demonstrações financeiras, é importante a verificação de aplicação de critérios uniformes na formação do resultado de cada exercício, bem como para comparação do patrimônio entre duas ou mais datas diferentes.

- Os que condicionam as políticas, isto é, princípios, bases, convenções, regras e procedimentos adotados na preparação e apresentação das Demonstrações financeiras. A escolha e aplicação de tais políticas é condicionada pelos seguintes princípios:

Princípio de prudência – Recomenda ao reconhecimento das incertezas que rodeiam as operações na preparação das demonstrações financeiras;

Princípio de substância sobre a forma – As operações e outros acontecimentos devem ser contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade financeira e não apenas de acordo com a sua forma legal;

Princípio de materialidade – As demonstrações financeiras devem divulgar todos os elementos que sejam suficiente e materialmente relevantes para afectar as avaliações e decisões; e

Princípio do custo histórico – Os elementos reportados nas demonstrações financeiras, são mensurados de acordo com o princípio básico de custo de aquisição ou de produção, acrescidos de todos os custos para a sua aquisição ou produção

1.4– A imagem verdadeira e apropriada

A observância das características qualitativas e dos princípios contabilísticos, resulta em demonstrações financeiras que não traduzem a imagem de verdade e apropriada do património da empresa, sua situação económico e financeira e de resultados. “A apresentação dum padrão de referência a fim de mostrar, dentro dos limites dos princípios contabilísticos geralmente aceites em determinado país, instituição ou grupo, um quadro tanto quanto possível objectivo e imparcial dos factos relativos ao património, à situação financeira, assim como aos resultados das entidades dela objecto...” (Reis, 1984: 41)

1.5– As limitações das informações contábeis

A contabilidade, não deve ser entendida como um fim em si mesma, por isso, para poder interpretar os dados por ela fornecidos, é preciso que se tenha um profundo conhecimento de sua natureza e das limitações que lhe são inerentes. Os princípios, as convenções e os critérios utilizados podem distorcer uma apreciação sobre a empresa em análise, qualquer modificação introduzida e não informada convenientemente, distorce o julgamento do analista.

Ademais, deve-se ter em mente que, apesar de registar as operações até a menor fracção da unidade monetária, a contabilidade não pretende atingir a precisão dos dados, porque o valor de mercado poderá estar acima ou abaixo do valor contábil, pois o instrumento de mensuração utilizada pela contabilidade, é a moeda que, não sendo estável, implica necessariamente, o afastamento entre o valor contábil e o valor de mercado.

1.6– A normalização contabilística e as variações monetárias

Para que a informação produzida pela contabilidade preencha os requisitos atrás mencionados como essenciais à mesma, é necessário que todos os que a preparam e relatam adoptem princípios e conceitos comuns.

A normalização contabilística, consiste na definição de um conjunto de princípios e critérios uniformes que devem ser seguidos pelas diferentes unidades económicas e dizem respeito a:

- Terminologias, âmbito e movimentação das contas;
- Valorimetria dos elementos patrimoniais;
- Determinação dos resultados;
- Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e outros documentos contabilísticos.

Que permite a produção de informação contabilística precisa, uniforme e útil.

Com a normalização contabilística a nível nacional, as empresas poderão estabelecer comparações entre os seus próprios dados ao longo do tempo e proceder a análises do ramo de actividade em que estão inseridas através de comparações com dados de empresas similares.

Em Moçambique, a normalização contabilística foi efectuada através do decreto 13/84, que aprova o Plano Geral de Contabilidade que entrou em vigor em 1986, tendo em vista a homogeniedade do sistema de informação, "O Plano Geral de Contabilidade, tem por objectivo a normalização da contabilidade das empresas, assegurando a homogeniedade do sistema de informação e controlo económico".(Dec.13/84: 1984; 3).

Adicionalmente, foram promulgados os Decretos 13/88 e 33/93, relativos a reavaliação do imobilizado corpóreo, tendentes a reduzir os efeitos da inflação, a descapitalização das empresas por forma a que as demonstrações financeiras traduzam mais correctamente a situação patrimonial; corrigir as distorções na estrutura dos balanços e demonstrações de resultados e permitir a que estas reflitam as qualidades de transparência, clareza e precisão, necessários a correcta tomada de decisões pela gestão.

CAPITULO II

2 – VARIAÇÕES MONETÁRIAS

2.1– Os preços

O preço de um bem ou serviço exprime o valor desse bem em termos de um outro que é a moeda. A sua evolução, reflete em consequência, a evolução do valor da moeda que por sua vez se correlaciona inversamente com a evolução do nível geral de preços.

Na variação do preço de um bem, distingue-se , a variação decorrente do nível geral de preços (inflação) ou a variação monetária da variação do preço relativo. Esta verifica-se quando aquelas duas variações são diferentes. Diz-se que há um aumento do preço relativo de um bem, quando o seu preço cresceu mais que a taxa de inflação. Tradicionalmente, o estudo da variação dos preços relativos é remetida para a microeconomia, enquanto que o da alteração do nível geral dos preços é objecto de estudo macroeconómico, apesar de se reconhecer que a inflação afecta os preços relativos.

A contabilidade, regista as transacções realizadas ao nível empresarial pelo seu custo histórico, esta prática, faz com que as demonstrações financeiras não reflitam a situação real da empresa aparecendo rúbricas subavaliadas em decorrência da inflação, o que torna necessário transformar os custos históricos nominais em custos constantes, o que se faz actualizando-os com a taxa de inflação.

2.2– O nível geral de preços

O crescimento do nível geral de preços, é calculado através dos índices de preços. Para o seu cálculo pressupõe-se a existência de um ano base em que o índice toma o valor de 100 sendo os restantes calculados por referência a esse ano. Assim, o valor de um índice de preços num determinado ano dá-nos o crescimento dos preços desde o ano base. Como se tem de medir a evolução do nível geral de preços e não um preço em particular, é necessário ponderar os preços para o qual existem basicamente dois métodos:

- O índice de preço de Laspeyres, que baseia-se na ponderação das quantidades do ano base;
- O índice de preço de Paasche que baseia-se na ponderação das quantidades do ano corrente.

As contas nacionais dos países, apresentam normalmente os valores para três tipos de índices de preços:

- O índice de preço implícito no PIB ou deflactor do PIB;
- O índice de preços ao consumidor (IPC);
- O índice de preços por grosso.

O *índice de preços implícito no PIB*, é composto por todos os bens e services finais produzidos no interior do país e compara o valor da produção de um determinado ano com o valor dessa produção no ano base. É o índice mais abrangente porém não se encontram disponíveis os seus valores actualizados pela morosidade inerente ao cálculo do PIB.

O *índice de preços no consumidor*, é composto por um cabaz de bens que um consumidor típico consome. Compara o valor desse cabaz num determinado ano

com o seu valor no ano base (Laspeyres). É com base neste índice que se determina a taxa de inflação. O seu âmbito é mais restrito que o anterior, inclui a inflação importada, é de mais fácil obtenção mas corre o risco de desactualização quando a sua base não é revista de modo a ter em conta as alterações das preferências dos consumidores.

O *índice de preços por grosso*, inclui um conjunto de matérias primas, produtos fabricados, mercadorias e outros bens que são adquiridos por grosso por produtores, grossistas e retalhistas. O percurso produção – consumo, faz com que existam desfasamentos temporários no comportamento deste índice relativamente ao IPC.

A evolução do índice de preços ao consumidor em Moçambique no período de 1995 - 2 000, considerando como ano base 1998, foi a seguinte:

Ano	índice de preço
1995	79,7
1996	95,1
1997	101
1998	100
1999	106,2
2000	118,4

Fonte : Boletim estatístico. BM, 8(30), Dez/2000

2.3 - Ajustes monetários

Consoante a variação monetária for positiva ou negativa, o ajuste monetário, será o valor que se tem de aumentar ou diminuir, respectivamente, a um preço para eliminar o efeito dessa variação.

Os preços de mercado pelos quais são expressas as demonstrações financeiras, sofrem variações, mesmo pequenas e em períodos curtos, resultante da oscilação monetária, o que vai distorcer a informação contabilística afectando todas as rúbricas do balanço e a demonstração de resultados.

O ajuste monetário, pode ser prospectivo ou retrospectivo, conforme a referência da moeda se futura ou passada. Nas demonstrações financeiras, o registo é realizado "ex-post" e efectuado a custo histórico, o ajuste, será retrospectivo.

O ajustamento, vai alterar os valores apresentados pelas demonstrações financeiras, passando-os para outros próximos a realidade empresarial. Em determinados modelos de ajustamento, mantém a estrutura das demonstrações, sem introdução de novas contas, em outros o ajustamento implica o recurso a utilização de novas contas, alterando as demonstrações financeiras iniciais.

2.4 – Os efeitos das variações monetárias

Os efeitos da inflação na economia

A *inflação*, é definida como sendo a deterioração do poder de compra da moeda, devido a subida continua e persistente do nível geral de preço.

Existem vários *tipos de inflação*:

Inflação pela demanda – Nos casos de forte pressão da procura, derivada do aumento da oferta da moeda, não acompanhada pelo aumento de bens e serviços e não estando a economia em condições de aumentar a oferta de bens e serviços.

Inflação pelos custos – Quando os custos de produção sobem e as empresas para poderem cobrir as suas despesas com salários, matérias primas, impostos, juros e outros e salvaguardar a margem de lucros, sobem os preços de bens e serviços.

Inflação importada – Derivada da conjuntura económica internacional e que vários factores podem influenciar o surgimento deste tipo de inflação.

Os efeitos nefastos da inflação na economia relacionam-se com a redistribuição de rendimentos e riqueza e com a distorção dos preços relativos. Podem citar-se alguns casos:

A inflação constitui um imposto sobre os meios líquidos

Os meios líquidos são as notas, moedas e dinheiro à ordem nos bancos, em poder dos particulares. A perda de valor de compra constitui um prejuízo, tanto mais que a taxa de juro dos depósitos é inferior à taxa de inflação. Este prejuízo, que beneficia as entidades emitentes, constitui uma forma de imposto – Imposto inflacionário.

A inflação como forma de agravamento fiscal

As retenções na fonte ou os pagamentos efectuados a título de contribuição industrial antecipada, constituem um agravamento fiscal, visto que o valor pago antecipadamente vale mais que o valor a apurar e pagar no cálculo da contribuição definitiva do imposto

A inflação distorce os preços relativos

A inflação distorce os preços relativos com impacto na afectação dos recursos. Essa distorção é tanto maior quanto mais elevada for a inflação. Um dos bens cujo preço sofre essa distorção é a moeda, o seu preço relativo diminui. Os preços dos factores produtivos ou de bens que se encontram fixados por um

determinado período de tempo sofrem, ao não acompanharem o crescimento do nível geral de preços, uma diminuição do seu preço relativo.

Efeitos da inflação nas contas das empresas

A adopção do princípio do custo histórico nominal e a sua manutenção pelo período de detenção do bem contrariamente ao justo valor, subjectivo e de difícil verificação por variar de avaliador para avaliador e a diferença de parametros de cálculo de quantias. O efeito da variação do nível geral de preços tem reflexos negativos nas demonstrações financeiras preparadas a preços históricos nominais, uma vez que a informação por elas veiculada deixa de satisfazer os requisitos exigidos a uma boa informação, distorcendo a imagem da empresa, conforme se concretiza:

- *O balanço deixa de reflectir a situação financeira da empresa*

O balanço, mostra a situação patrimonial da empresa a determinada data, sua composição e valor. Os elementos patrimoniais, estão sujeitos a critérios de valorimetria baseados em unidades monetárias com diferente poder de compra, conforme o seu afastamento do momento em que se faz a sua inventariação. Desta situação resulta que esta-se-á a agregar no balanço valores expressos em unidades de medida diferentes, sendo a soma um valor sem qualquer significado e portanto inútil.

Em simultâneo assiste-se a subavaliação de meios e a criação de reservas tácitas, em virtude de a contabilidade ser feita a preços de aquisição expressos numa dada unidade monetária, que perdeu o seu valor.

- *A demonstração de resultados está afectada por.*

Amortizações insuficientes

As amortizações destinam-se a distribuir a despesa de investimento pela sua vida útil. Esta imputação à fracção de cada período contabilístico pela utilização ou consumo desse investimento, sendo um custo para a empresa, diminui o resultado obtido, e é feita em moeda com poder de compra diferente do que vigora no momento da imputação.

Em épocas de inflação e na falta de actualização, as imobilizações figuram no balanço pelo valor de aquisição e, sendo as amortizações calculadas nessa base, portanto por um valor subavaliado conduzem a valores abaixo do apropriado para as amortizações e conseqüentemente o resultado apurado estará afectado por amortizações insuficientes.

O custo de existências ignora o custo de reposição das mesmas

Sendo o custo de aquisição inferior ao custo de substituição, (com excepção do critério LIFO), na reposição a empresa dispende mais unidades monetárias investindo parte do ganho obtido, falseando-o.

Perdas por detenção de fundo de maneio e por ganhos de endividamento

Os resultados estão afectados por perdas por detenção de fundo de maneio e pelos ganhos de endividamento, não reflectidos na contabilidade a custo histórico, distorcendo o custo de mercadorias vendidas e o valor dos encargos financeiros respectivamente, conduzindo ao apuramento de lucros fictícios ou a perdas inferiores as realmente havidas." Em épocas de inflação, aumentando o volume de vendas, aumenta também o quantitativo do crédito concedido a clientes, não obstante poder ser contrabalançada com o crédito obtido de fornecedores. Esta variação de fundo de maneio não seria de considerar

se não houvesse perda de poder de compra da moeda" (Fernandes, 1984: 54/55)

Por outro lado, quanto maior o afastamento entre a data da contracção da dívida e as respectivas amortizações, com a variação do poder de compra neste periodo, menos recursos terá de afectar devido a desvalorização monetária da dívida.

A contabilidade, não só não regista perdas que a empresa suporta pelas dívidas a receber, como também os ganhos das dívidas a pagar expressas numa unidade monetária desvalorizada, o que conduz a uma imagem que não corresponde a realidade empresarial.

Efeitos na qualidade da informação contabilística

A relevância, fiabilidade e comparabilidade, bem como a observância de determinados princípios e conceitos na preparação das demonstrações financeiras, por força da normalização contabilística, são requisitos que se impõem à informação produzida pela contabilidade para que seja compreensível aos seus destinatários. Não obstante, verifica-se que em épocas de forte inflação, a aplicação do princípio do custo histórico, repercute-se de forma negativa nos requisitos enunciados e conseqüentemente na informação constante nas demonstrações financeiras. Assim;

A *fiabilidade* é afectada uma vez que será de creditibilidade duvidosa, um balanço cujos indicadores deixam de ter significado por ser adição de valores expressos em diferentes unidades de medida ou uma demonstração de resultados cujo resultado final poderia ser diferente se se tivessem tido em conta as variações monetárias;

A *relevância* deixa de estar presente uma vez que a informação contida nas demonstrações financeiras deixa de ter utilidade para os seu destinatários, sobretudo se se considerar a materialidade já que, a não consideração da inflação poderá induzir a decisões que a sua consideração não aconselharia.

A *comparabilidade*, será a mais afectada, pela não consideração das variações monetárias pela falta de consistência, pois será desprovida de qualquer significado a comparação de demonstrações financeiras de anos diferentes medidas em moedas com diferentes poder de compra.

Face ao exposto, está-se perante uma situação contraditória:

- Por imposição da normalização contabilística foram estabelecidos um conjunto de normas e procedimentos a observar no registo de operações e na preparação das demonstrações financeiras, com o fim de tornar a informação contabilística uniforme, comparável, fiável e útil para os destinatários;
- Por outro, em épocas de inflação acentuada, a aplicação de alguns desses princípios conduz à produção de informação destituída de quase todos os requisitos com que se pretende dotá-la ao fazer a normalização contabilística.

Esta contradição deixará de existir, se se fizer a alargamento do conceito do custo histórico, com aplicação das convenções que permitam produzir demonstrações financeiras com os requisitos exigidos à informação contabilística.

Alargamento do conceito do custo histórico

O alargamento consiste em fazer os registos das operações, ainda de acordo com as importâncias constantes dos documentos de suporte das mesmas, mas substituindo a unidade de medida variável por uma medida constante. Esta unidade de medida continuará a ter como base a moeda, mas actualizada segundo o seu poder de compra derivado do nível geral de preços.

Os efeitos das variações monetárias no conceito de lucro, associado ao conceito de manutenção do capital

O conceito de capital é definido como sendo a soma algébrica dos bens direitos e obrigações, que resultaram das operações empresarial, registados segundo os princípios contabilísticos geralmente aceites. Por outro lado o conceito de lucro, deriva da consideração do princípio do acréscimo.

Considerando a instabilidade da moeda, é necessário alargar o conceito do custo histórico do capital, alterando a moeda variável, para moeda constante, para se poder falar de manutenção de capital monetário e não simplesmente de manutenção de capital. Após esta conversão, o lucro deixa de ser o excedente sobre o capital inicial passando a ser o excedente sobre o mesmo capital, mas convertido em moeda constante.

CAPITULO III

3 – MODELOS DE SUPERAÇÃO DOS EFEITOS DA INFLAÇÃO

3.1 – Critérios alternativos ao custo histórico

Segundo a normalização contabilística, estabelece que as contas sejam valoradas com base no custo histórico, isto é o valor constante dos documentos referidos em moeda nominal, no momento de registo da operação, no entanto, pode adoptar-se critérios valorimétricos alternativos distintos do custo histórico como sejam:

- a) Valor de substituição, isto é a utilização do critério de custo de reposição para os casos de imobilizações corpóreas, assim como para as existências;
- b) O reconhecimento dos efeitos da inflação nas várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados com utilização de métodos de contabilização da inflação;
- c) Reavaliação das imobilizações corpórea.

O recurso desses métodos, resulta do alargamento do conceito do custo histórico nominal, tendo em vista a manutenção do capital, visando a superação dos efeitos das variações monetárias.

Os dois primeiros métodos correspondem aos da contabilidade ajustada a custos correntes e ajustados segundo o nível geral de preços e o terceiro consiste em ajustes periodicos nas imobilizações corpóreas sem adopção de um método de ajuste sistemático das contas.

3.2 – Contabilidade ajustada segundo o nível geral de preços

Este método reconhece o resultado real depois de manter o poder de compra dos capitais próprios. Tem em vista, exprimir os valores das contas em momentos diferentes, em valores de poder aquisitivo constante, isto é, em unidades monetárias homogéneas.

A forma sistemática de efectuar a correcção das contas com base no índice geral de preço é o de recurso ao *Método Integrado de Ajustes Monetários*, que assenta na correcção do balanço e demonstração de resultados sem necessidade de constituição de qualquer outra conta, pois os ajustes monetários anulam-se entre si resultando num novo resultado contabilístico ajustado. É um modelo analítico que parte de determinada situação com relativo rigor e por aproximações sucessivas estabelece as relações existente de forma a localizar os ajustes.

O Método Integrado de Ajustes Monetários

O modelo, assenta nas seguintes hipóteses simplificadoras que a medida da evolução para a complexidade vão abandonados:

- O balanço inicial deve estar ajustado monetariamente;
- As existências finais constantes do balanço final não são ajustadas monetariamente;
- Não há alterações no activo fixo e na situação líquida durante o exercício;
- Não há variações significativas no nível de actividade;
- Não existem activos e passivos em moeda externa.

Pela natureza e diversidade das rubricas constantes do balanço, as distorções provocadas pela inflação fazem-se sentir de forma diversa, tornando-se

necessário estabelecer a distinção entre os activos e passivos monetários e os activos e passivos não monetários

Activos e passivos monetários

São os que exprimem unidades monetárias bem definidas que representam o poder de compra, sendo a quantia fixada sem referência aos preços futuros dos bens ou services específicos. Mesmo que os preços dos bens e services dos bens e services se alterem, os direitos expressos numa dada quantia em Meticais, permanecem inalterados; altera-se o poder de compra ou a capacidade de conversão desses direitos em bens ou services, como o caso das contas caixa; bancos; clientes; fornecedores; imobilizações financeiras, etc.

Activos e passivos não monetários

São os que representam uma quantia predeterminada do poder geral de compra. Pode alterar-se o poder de compra com o tempo mas não a capacidade de conversão desses direitos em bens e serviços, como o caso de meios circulantes materiais, meios imobilizados, fundos próprios, etc.

Algumas contas são de fácil identificação em monetárias e não monetárias, podem encontra-se no entanto, algumas situações ambíguas como:

Os *adiantamentos*, tanto podem ter natureza monetária se os preços não estiverem previamente fixados, como não monetário se os preços estiverem previamente fixados.

As *Imobilizações financeiras* podem ter natureza monetária – Obrigações – que tem rendimento fixo e as Acções que tem rendimento não estabelecido que tem natureza não monetária

Pelô que esta classificação deve ser efectuada com extremo cuidado, é neste contexto que a abordagem metodológica impõe determinada estrutura das demonstrações financeiras para efeitos de ajustes monetários (Fernandes; 1984: 127 e seguinte).

O BALANÇO

Apresenta a sua estrutura em grupos homogêneos de contas:

No 1º membro

1 – O capital circulante ou fundo de maneiio (F), constituído por:

a) Fm – Fundo de maneiio monetário

$$Fm = Acm - Pcm$$

Onde:

Acm – activo circulante monetário;

Pcm – Passivo circulante monetário.

b) Meios circ. Materiais

2 – Meios imobilizados líquidos, constituído por:

$$M.I.L = M.I. - A. A.$$

Onde :

M.I.L. – Meios imobilizados líquidos;

M.I. – Meios imobilizados bruto;

A. A. – Amortizações acumuladas

No 2º Membro

1 – Passivo de financiamento - Pf – constituído por débitos de médios e longo prazo;

2 – Os Fundo próprios, constituídos por:

Capital social;

Reservas;

Lucros ou prejuizos acumulados dos exercícios anteriores;

Lucros ou prejuízos do exercício;

Donde se pode resumir a formula do balanço:

$$\boxed{F + MIL = Pf + Fp \quad \text{ou} \quad Fm + E + MIL = Pf + Fp}$$

A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Que mostra o resultado da actividade da empresa e é dado:

$$\textit{Proveitos} - \textit{Custos} = \textit{Resultados}$$

Onde:

Proveitos

Representa as receitas das vendas da empresa;

Custos

Comportam :

1 - Custo de meios circ. mat. consum. ou vendidos que constitui o *custo das vendas* (Cv);

2 - *Despesas diversas (Dd)*, constituídas por:

Remunerações aos trabalhadores;

Fornecimentos de terceiros;

Serviços de terceiros;

Impostos e taxas;

Outros custos.

3 - *Despesas financeiras (Df)*

4 – Amortizações do exercício (A)

Como o resultado contabilístico da empresa, constitui a variação dos fundos próprio entre dois exercícios sucessivos, terem-se:

$$R = F_{pt} - F_{pt-1}$$

Donde o resultado do exercício pode ser obtido pela formula:

$$F + MIL = Pf + F_{pt-1} + R \quad \text{ou} \quad R = F + MIL - Pf - F_{pt-1}$$

Compatibilizando as contas do balanço e de resultados em qualquer momenteo, tem-se:

$$F + MIL + CV + Dd + Df + A = Pf + F_{pt-1} + P$$

Em inventário permanente

Como $F = F_m + E_f$, então:

$$MIL + F_m + E_f + Cv + Dd + Df + A = Pf + F_{pt-1} + V$$

Em inventário intermitente

AJUSTE DO RESULTADO

O resultado obtido, foi segundo o custo histórico, num período em que se verificou uma variação monetária expressa numa percentagem ti ocorrida em relação ao início do período:

$$R = P - (Cv + Dd + Df + A)$$

Na *óptica reditual*

Ou

$$R = F_{pt} - F_{pt-1} = (F_{mt} - F_{mt-1}) + (EF - EI) + (MIL_t - MIL_{t-1})$$

Na *óptica patrimonial*

Onde, os grupos homogéneos com índice $t-1$ referem-se aos dados do balanço inicial, enquanto que os de índice t , são referidos a data do balanço final.

Os elementos não monetários E_f e MIL não estão referidos a essa data o que significa que o resultado terá de ser acrescido do ajuste monetário desses elementos.

E_{fa} – Ajuste monetário das existências finais. Este ajuste, depende:

- Do valor e permanência dos lotes;
- Da inflação

Porém a hipótese simplificadora, foi de que as existências estavam avaliadas ao custo de reposição pelo que não susceptíveis de ajustamento, isto $E_{fa} = 0$.

MIL – Valor contabilístico no final do período t , corresponde ao activo fixo líquido inicial do período, deduzido das amortizações do período. O pressuposto simplificador admitido, foi de que não haveria alterações nos elementos dos activos fixos e dos fundos próprios, logo a actualização dos MIL , sera a soma algébrica da actualização de MIL_{t-1} e da amortização.

$$MIL = MIL_{t-1} - A$$

Sabendo que a taxa de inflação representada por t_i tem-se para o ajuste monetário:

$$T_i(MIL_{t-1} - A)$$

Quanto aos fundos próprios, como consequência da variação do valor da moeda e do imperativo da manutenção do capital monetário, os fundos próprios iniciais, terão de ser ajustados segundo a taxa de inflação t_i ou seja, $t_i * F_{pt-1}$

O ajuste, vai alterar o resultado da empresa que deixa de ser $R = F_{pt} - F_{pt-1}$, passando como consequência do ajustamento dos fundos próprios iniciais para:

$$Ra = F_{pt} - (F_{pt-1} + t_i * F_{pt-1})$$

Ou seja:

$$Ra = F_{pt} - F_{pt-1} * (1 + t_i)$$

Onde Ra significa *resultado ajustado* que também pode ser representado por:

$$Ra = R + Ef + t_i(MIL - A) - t_i * F_{pt-1}$$

Ou

$$Ra = R + t_i (MIL - A - F_{pt-1}) + Efa$$

Que chamar-se – a *variante A*

Ou se se considerar que

$$F + MIL = Pf + Fp \quad \text{ou} \quad MIL - Fp = Pf - F$$

Então o resultado ajustado passa para:

$$\boxed{Ra = R + ti(P_{ft-1} - F_{t-1}) + Ef}$$

O que vai constituir a *variante B*

Em que:

$Ti^* P_{ft-1}$ – constitui o *ganho de endividamento*; resultante do ajuste monetário do início do período;

$Ti^* F_{t-1}$ – Constitui a *perda monetária por detenção do fundo de maneio*, resulta do ajuste monetário do fundo de maneio do início do período.

Sabendo que $F = F_m + E$,

Então:

$$Ti^* F_{t-1} = ti^* F_{mt-1} + ti^* E_{t-1}$$

Onde:

$Ti^* E_{t-1}$ – Constitui o ajuste monetário da existência inicial.

Passando o resultado ajustado para:

$$\boxed{Ra = R + ti^*(P_{ft-1} - F_{mt-1}) - ti^*(E_{t-1} + A) + Ef}$$

O que vai constituir a *variante C* do mesmo modelo em que se destacam os ajustes dos elementos monetários ($P_{ft-1} - F_{mt-1}$) e os não monetários ($E_{t-1} + A$)

Nas variantes A e B, o ajuste monetário, adquire uma diferença significativa, poi quanto maior for a diferença entre $Milt-1$ e $Fpt-1$, uma vez que a parte comum das duas variantes $-ti^* A + Efa$, só em casos excepcionais conduz a alterações significativas do resultado, como por exemplo as baixas rotações dos estoques.

Nas empresas com estrutura financeira que respeita as regras mínimas de equilíbrio financeiro, o resultado contabilístico é superior ao resultado ajustado monetariamente, pelo contrário, quando se regista uma insuficiência dos fundos próprios para a cobertura da estrutura dos meios imobilizados, o resultado contabilístico será inferior ao resultado monetariamente ajustado, o que permite reconhecer que a estrutura financeira da empresa é determinante no ajuste das contas uma vez que ela condiciona o resultado ajustado pela consideração do efeito da inflação.

Um exame superficial do balanço, permite prever e avaliar a afectação do resultado contabilístico pela inflação, bastando:

- Multiplicar a diferença pela taxa de inflação;
- Multiplicar as amortizações do exercício pela taxa de inflação;
- Considerar que as existências finais, estão avaliadas ao custo de reposição, pelo que não são susceptíveis da ajustamento monetário, isto, $Efa = 0$.

AJUSTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Considerando a variante A para o ajuste do balanço, o que se vai ajustar, são as contas não monetários. Sabendo que nesta variante o resultado ajusta é dado pela fórmula:

$$Ra = R + ti*(MIL_{t-1} - A - F_{pt-1}) + Efa$$

Onde:

- Ti * (MIL_{t-1} - A)** - Representa o ajuste dos meios imobilizados líquidos;
- Ti* F_{pt-1}** - Representa o ajuste dos fundos próprios iniciais;
- Efa** - Representa o ajuste das existências finais;
- Ra - R** - Representa o ajuste do resultado contabilístico do período;

Considerando o ajuste monetário do meios imobilizados líquidos em função das imobilizações e das amortizações acumulados:

$$MIL_{t-1} = Mlt-1 - Act-1$$

E adicionando as amortizações do exercício, tem-se:

$$Mlt-1 - Act-1 - A + ti*(Mit-1 - Act-1 - A)$$

Donde se tem:

$$Mlt-1*(1+ti) - (Act-1 + A)(1+ti)$$

Onde :

- Mlt-1* (1+ti)** - Representa os meios imobilizados ajustados;
- (Act-1 + A)(1+ti)** - Representa as amortizações acumuladas ajustadas

E o balanço ajustado em função dos grupos homogêneos sera:

ACTIVO	C° Hist.	Ajuste	Ajustado
Meios Imob.	M_{lt-1}	$t_i * M_{lt-1}$	$M_{lt-1}(1+t_i)$
Amortiz. Acumuladas	$Act-1 + A$	$t_i * (Act-1 + A)$	$(Act-1+A)(1 + t_i)$
Meios circ. materiais	E_f	E_{fa}	$E_f + E_{fa}$
Fundo maneio monetário	F_{mt}		F_{mt}
PASSIVO E F. PROPRIOS.	C° Hist.	Ajuste	Ajustado
Passivo financiamento	P_{ft}		P_{ft}
Fundos próprios	F_{pt-1}	$t_i * F_{pt-1}$	$F_{pt-1}(1 + t_i)$
Resultados do exercício	R	$R_a - R$	R_a

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Recorrendo a variante C, constanta-se:

1. Os fluxos de compras, vendas e despesas, estão registados a custos históricos;
2. As existências inicial e final, estão ajustados ao final do ano;

3. Os ganhos e perdas monetários, incidem sobre a importância inicial dos elementos monetários.

Aperfeiçoando esta variante, de forma a contornar estas deficiências, consegue-se uma nova variante, que torna coerente os valores da demonstração de resultados com o balanço a *variante D*.

Suponha-se que fluxos de compra, venda e despesas fluem de forma regular durante o exercício económico e que a importância acumulada no fim do exercício, representa o total das compras, vendas e despesas referidas ao ponto médio. O desvio monetário em relação à media das unidades compradas até ao ponto médio, é compensada pelo desvio daquelas que serão vendidas depois do ponto médio.

Relativamente aos ganhos e perdas monetárias, apesar de estarem monetariamente referidas ao final do período, elas ocorrem durante o período, provocadas pelas variações do valor da moeda, donde, não parece lógico que seja calculado com base nos valores iniciais.

Sabendo que a variante C do ajuste de resultados é dado pela fórmula:

$$R_a = R + t_i(P_{ft-1} - F_{mt-1}) - t_i(E_{t-1} + A) + E_{fa}$$

Onde:

$$R = P - (C_v + D_d + D_f + A) \quad e$$

$$C_v = E_{t-1} + \text{Compras} - E_{ft}$$

O que vai resultar:

$$R = P - (C_v + D_d + D_f) - A - E_{t-1} + E_{ft}$$

Onde $C_v + D_d + D_f$ – representa os fluxos referidos ao ponto médio, donde vem para o resultado ajustado:

$$Ra = P - (Cv + Dd + Df) - A - Et-1 + Eft + ti*(Pft-1 - Fmt-1) + Efa$$

O ajuste monetário faz-se através do factor $(1 + ti/2)$, o que resulta:

$$[P - (Cv + Dd + Df)] (1+ti/2)$$

O que altera o resultado final, o que é evitável por subtração na expressão do resultado contabilístico ajustado a parte relativa a actualização:

$$[P - (Cv + Dd + Df)] * ti/2$$

E para o resultado ajustado:

$$Ra = [P - (C + Dd + Df)] (1+ti/2) - [P - (C + Dd + Df)] * ti/2 - A - Et-1 + Eft + ti*(Pft-1 - Fmt-1) - ti*(Et-1 + A) + Efa$$

Substituindo o resultado contabilística na óptica reditual

$$R = V - (C + Dd + Df) - A - Et-1 + Eft$$

Pelo resultado contabilístico na óptica patrimonial

$$R = (Fmt - Fmt-1) + (Eft - Eft-1) + (MILt - MILt-1) - (Pft - Pft-1)$$

Tem -se:

$$Ra = [P - (C + Dd + Df)] (1+ti/2) - ti/2[(Fmt - Fmt-1) - (Pft - Pft-1)] - A - Et-1 + Eft + ti*(Pft-1 - Fmt-1) - ti*(Et-1 + A) + Efa$$

$$Ra = [P - (Cv + Dd + Df)] (1+ti/2) - ti/2Fmt - ti/2Fmt-1 + ti/2Pft - ti/2Pft-1 - A + Efa - Efa + tiPft-1 - tiFmt-1 - tiEt-1 ti A + Efa$$

$$Ra = (1+ti/2)P - (1+ti)Et-1 - (1+ti/2)C + Eft + Efa + ti/2(Fmt - Fmt-1) - (1+ti/2)Dd - (1+ti/2)Df + ti/2(Pft - Pft-1) - (1+ti)A$$

Onde:

$(1+ti/2)*P$	Valor de vendas do exercício, ajustadas ao final do período;
$(1+ti/2)*C$	Valor das compras do exercício ajustadas ao final do período
$(1+ti)*Et-1$	Valor das existências iniciais, ajustadas monetariamente ao final do período;
$Eft + Efa$	Existências finais ajustadas monetariamente ao final do período;
$(Fmt + Fmt-1)*ti/2$	Perda monetária do fundo de manuseio monetário do exercício, ajustada ao final do período;
$(1+ti/2)Df$	Despesas financeiras do exercício ajustadas ao final do período;
$(Pft + Pft-1)*ti/2$	Ganhos monetários sobre a importância média de endividamento do exercício, ajustado ao final do período;
$(1+ti/2)Dd$	Despesas diversas do exercício ajustadas ao final do período;
$(1+ti)A$	Amortizações do exercício, calculadas sobre os meios imobilizados no início do exercício e ajustadas monetariamente para o fim do período

virá para o mapa de demonstração de resultados

PROVEITOS	C° Hist.	Ajuste	Ajustados
Vendas	P	$ti/2 \cdot P$	$P \cdot (1 + ti/2)$
CUSTOS			
Custos das vendas			
Existências iniciais	Et-1	$ti \cdot Et-1$	$Et-1 \cdot (1 + ti)$
Compras	C	$ti/2 \cdot C$	$C \cdot (1 + ti)$
Existências finais	Eft	Efa	Eft + Efa
Perda por detenção Fm monet.		$Ti/2 \cdot (Fmt - Fmt-1)$	$Ti/2 \cdot (Fmt - Fmt-1)$
MARGEM BRUTA			
Despesas diversas	Dd	$ti/2 \cdot Dd$	$Dd \cdot (1 + ti/2)$
Despesas financeiras			
Realizadas	Df	$ti/2 \cdot Df$	$Df \cdot (1 + ti/2)$
Ganhos monet. pass. Financ.		$Ti/2 \cdot (Pft - Pft-1)$	$Ti/2 \cdot (Pft - Pft-1)$
Amortizações	A	$ti \cdot A$	$A \cdot (1 + ti)$
RESULTADO	R		Ra

SUPRESSÃO DOS PRESSUPOSTOS SIMPLIFICADORES

Suprimindo os pressupostos simplificadores assumidos no início da apresentação do modelo, isto é:

- O balanço inicial não está ajustado;
- As existências iniciais não estão avaliadas ao custo de reposição;
- Existem alterações nos meios imobilizados e nos fundos próprios ao longo do exercício;
- Existe a variação do nível de actividade da empresa.

Que são as que na realidade se verificam e considerando o Modelo Integrado de Ajustes Monetários, tem-se:

AJUSTE DO BALANÇO INICIAL

Deve incidir sobre as contas não monetárias, nomeadamente, as existências; os meios imobilizados e os fundos próprios.

Ajuste monetário dos meios imobilizados

É análogo ao preconizado no decreto 13/88, relativo a reavaliação do imobilizado, baseado na multiplicação do valor de aquisição líquido das amortizações acumuladas, multiplicado pelo coeficiente de correcção monetária.

Ajuste monetário dos fundos próprios

É efectuando tomando em conta a idade de cada um dos componentes, consiste na multiplicação do valor contabilístico pelo coeficiente de correcção monetário

Ajuste monetário das existências

Nos pressupostos simplificadores do modelo, considerou-se que as existências estavam avaliadas a custo de reposição, pelo o seu valor correspondia ao valor das existências ajustadas, todavia, as existências constants do inventário final foram adquiridas e registadas em datas diferentes e de acordo com o custo de aquisição que pode ser diferente ao de reposição.

O ajuste monetário, neste caso, corresponderá a diferença entre o preço ajustado e o de aquisição registado na contabilidade e para o efeito, basta aplicar aos elementos inventariados o coeficiente de correção relativo a diferença temporal, de modo a referir o preço de aquisição para o final do periodo em termos monetários.

Num inventário com vários elementos, o ajuste, corresponde ao somatório dos ajustes monetários de todos os elementos do inventário, onde m/n é a fracção do periodo de permanencia da existência, onde m é corresponde a data de aquisição do bem em relação ao inventário e n , o número de fracções anuais em que ela é expressa, donde:

$$Efa = \text{somatório } m/n * ti * Eft$$

Considerando os vários métodos de custeio das saídas, tem-se:

a) *Preço específico*

Neste caso, o ajuste faz-se caso a caso, em função do tempo de permanência em stock, expressa em fracção do periodo.

b) *Método FIFO*

Considera-se, que a permanência media, corresponde a metade da rotação r expressa em tempo.

$$Efa = ti*r/n*1/2*Eft$$

c) *Método LIFO*

As existências reportam-se a aquisições efectuadas em datas diferentes por vezes muita antigas o que pode tornar difícil a determinação da idade média. Apesar deste método atenuar os efeitos da inflação, tem o inconveniente de subavaliar as existências finais;

d) *Método do custo médio ponderado*

É afectado parcialmente pelos inconvenientes do método LIFO, visto que é influenciado pelas aquisições mais antigas, o que dificulta a determinação da idade média das existências, a fim de se aplicar o coeficiente de correcção monetária para referir as existências a data do final do período.

ALTERAÇÕES NOS MEIOS IMOBILIZADOS E FUNDOS PRÓPRIOS

Durante o período contabilístico, podem ocorrer alterações por:

- Aquisição do imobilizado;
- Aumento de capital;
- Distribuição de lucros; e
- Cobertura de prejuízos.

Que vão provocar alterações na composição e valor do imobilizado e dos fundos próprios.

Considerando a fórmula de cálculo de resultado pela variante A

$$Ra = R + ti(MILt-1 - Fpt-1 - A) + Efa$$

Cujo resultado, é afectado pela aplicação da taxa de inflação sobre os grupos homogéneos, o resultado contabilístico é afectado na parte proporcional ao tempo que decorre desde a data do movimento até ao fim do ano.

Se:

MILt – MILt-1 Variação dos meios imobilizados ;

Fpt – Fpt-1 Variação dos fundos próprios;

Act – Act-1 Variação das amortizações, e

M/n Fracção de tempo annual desde o registo até ao final do período,

A formula de resultado ajustado, passa:

$$Ra = R + ti\{[(MILt-1 + m/n(MILt - MILt-1)) - [Fpt-1 + m/n(Fpt - Fpt-1)]] - [A + m/n(Act - Act-1)]\} + Efa$$

REAVALIAÇÃO DO IMOBILIZADO CORPÓREO

As alterações no valor da moeda afectam a maior parte dos elementos patrimoniais, revestindo de especial significado nos componentes dos meios immobilizados, dada a longo permanência destes na empresa em relação a outros meios circulantes de curta duração.

A reavaliação dos meios immobilizados corpóreos, consiste na correcção monetária dos valores do activo immobilizado e das correspondentes amortizações acumuladas, com base num coeficiente de correcção monetária aprovado por lei.

Em Moçambique, devido a inflação que se regista no País, o Ministério do Plano e Finanças, decretou medidas tendentes a atenuar os efeitos negativos resultantes da influência da inflação sobre o património das empresas, autorizando a reavaliação do activo immobilizado corpóreo através dos Decretos 13/88 de 11 de Novembro e 33/93 de 30 de Dezembro, a reavaliação do immobilizado incorpóreo carece de autorização do Ministério do Plano e Finanças. A reavalição referida pelos Decretos tem por objectivo a revelação correcta da posição patrimonial das empresas e melhorar a informação contabilística da empresa afectada pela perda do poder de compra da moeda ao longo do período em referência. Nos termos dos mesmos Decretos, a reavaliação dos bens do activo immobilizado incorpóreo e os investimento em curso, carecem de autorização do Ministro do Plano e Finanças

A reavaliação, deve reportar-se a situação dos activos immobilizados corpóreos, constantes no balanço, nas contas do 1º grau da classe 3 do Plano Geral de Contabilizada, nomeadamente:

- 3.1 – Construções
- 3.2 – Equipamentos

- 3.3 – Outros meios básicos
- 3.4 – Grandes reparações

Podendo no entanto por autorização do Ministro das Finanças efectuar-se por grupos ou categories homogêneas de elementos, quando tratados contabilisticamente em grupo.

Quanto aos bens totalmente amortizados, a sua reavaliação também só poderá efectuar-se com autorização do Ministro das Finanças e com base no critério de vida útil adicional

A reavaliação dos bens não totalmente amortizados, incide sobre o valor de aquisição, constante nos registos contabilísticos da empresa e efectuar-se-á por aplicação de um coeficiente de correcção monetária, estabelecido por lei, tendo em consideração o ano de aquisição, sendo as respectivas amortizações também corrigidas para a data a que se refere o balanço da empresa e com base no mesmo coeficiente de correcção monetária.

1. A actualização do valor de aquisição, é efectuado:

Valor actualizado = Valor de aquisição * Coeficiente de correcção

Por diferença entre o Valor actualizado do bem pelo valor de aquisição, determina-se o valor de correcção monetário do bem do imobilizado;

Valor de correcção = Valor actualizado – Valor de aquisição

2. A actualização do valor das amortizações acumulados, é efectuado por igual processo,

Valor actualiz. amort. Acum. = Valor da amort acumul * Coeficiente de Correção

Por diferença entre o Valor actualizado amort. Acum. do bem pelo valor da amortização acumulada efectuada, determina-se o valor de correção monetário da amortização acumulada do imobilizado;

Valor de correção da amort. Acum. = Valor actualizado da amortiz. – Valor da amortiz. Acumulada efectuada.

3. A diferença entre o acréscimo do valor de aquisição e do valor da amort. Acumulada, vai constituir a reserva de reavaliação, prevista na lei

CRITÉRIO DE VIDA ÚTIL

É aplicado para bens de activo immobilizado, totalmente amortizados e que ainda podem desempenhar a sua função técnico-económico no processo produtivo ainda por mais algum tempo.

O tempo adicional de utilização futura do bem, é função do seu estado físico, natureza e aptidão futura

- 1 - A actualização do valor do bem, é efectuado segundo o mesmo critério dos bens do activo immobilizado não totalmente reintegrados:

$$\text{Valor actualizado} = \text{Valor de aquisição} * \text{Coeficiente de Correção}$$

Por diferença entre o Valor actualizado do bem pelo valor de aquisição, determina-se o valor de correcção monetário do bem do immobilizado;

$$\text{Valor de correcção} = \text{Valor actualizado} - \text{Valor de aquisição}$$

- 2 - A reavaliação da amortização acumulada, é determinada com base na aplicação de uma taxa media (t_m) obtida em função do recíproco de número de vida útil do bem e expresso em percentagem.

$$T_m = 100/n\%$$

Sendo o valor actualizado da amortização acumulado obtido pela multiplicação dos sucessivos bens ao valor de aquisição, pela taxa media e pelo número de anos de vida útil já decorridos

Valor actualizado da amort. Acum. = Valor de aquis. * Tm * n

Por diferença entre o valor actualizado da amortização acumulado por aplicação do coeficiente de correcção monetária e o valor da actualizado da amortização acumulado com base na taxa media, vai-se obter o valor da reserva de reavaliação.

Nos termos dos mesmos Decretos, e para efeitos fiscais nem todo o valor do acréscimo da amortização constitui custo fiscal, pelo que é necessário ajustar em função da percentagem estabelecida de forma a determinar o resultado para efeitos fiscais que sera o utilizado para a determinação do imposto a pagar.

CONFRONTO DOS MODELOS

Apesar da observância dos princípios contabilísticos geralmente aceites, o efeito da variação do nível geral de preços, provoca um desajustamento nas demonstrações financeiras, distorcendo a imagem verdadeira e apropriada que se pretende alcançar com aplicação daqueles princípios.

O modelo integrado de ajuste monetário, tem como inconveniente a barreira legal, visto que depende da autorização do Ministro das Finanças para a sua aplicação. As conclusões que se obtêm das contas ajustadas, é diferente das demonstrações financeiras elaboradas com recurso ao método de registo e valorização pelo custo histórico nominal, sendo os resultados obtidos diferentes, com a conseqüente alteração do resultado fiscal e na distribuição dos dividendos evitando a descapitalização da empresa, daí a necessidade de acompanhamento da evolução da inflação, avaliando as suas implicações nas contas da empresa de modo a viabilizar estratégias e políticas de ajustamento que permitam uma estrutura financeira empresarial que dê garantias de estabilidade a todos os que com ela se relacionam. Este modelo, para além de

apresentar como vantagem permitir a determinação do valor patrimonial aproximado a realidade da empresa, apresenta alguns inconvenientes:

- Faz abstrações das variações específicas dos preços dos bens, que não seria necessário para o resultado de exercício, pois trata-se de actualizar custos destinados a serem subtraídos do volume de vendas;
- Para o balanço e valor patrimonial, trata-se de estimar o valor de diferentes bens não monetários possuídos pela empresa e tais valores podem ser diferentes dos custos mesmo actualizados; e
- O ajustamento monetário depende da autorização, podendo ser efectuada sem a mesma, desde que se respeitem os princípios básicos que regulam a técnica contabilística, não tendo por tal qualquer efeitos fiscais.

A reavaliação do imobilizado corpóreo, constitui um tratamento parcial dos efeitos da inflação, apresentando as seguintes deficiências:

- Incidem sobre o valor constante do balanço inicial, não considera pequenos períodos contabilísticos;
- Não actualiza todos os elementos não monetários, figurando estes no balanço quantificados em unidades de medida diferentes;
- A realização da reavaliação mediante diploma legal, visa objectivos fiscais e não de gestão visto que a realização de reavaliação for a dos diplomas, tem efeitos negativos do ponto de vista fiscal ao considerar as amortizações em excesso como custo do exercício.
- A não consideração da totalidade do acréscimo do custo das amortizações, é prejudicial as empresas por representar uma redução de custos, ou seja implica uma tributação a mais
- Cria uma reserva que não é resultante de quaisquer lucros retidos.

CAPÍTULO IV

4 - Aplicação prática dos modelos com base nas demonstrações financeiras da Semoc, S.A.R.L.

4.1 – Caracterização da Semoc, S.A.R.L.

A empresa Sementes de Moçambique, S.A.R.L. (SEMOC), foi criada em 1986, como resultado da transformação da Empresa Nacional de Sementes, que se dedicava a comercialização de sementes, passando para além desta actividade, a produtora e beneficiadora de sementes e conduzindo programas de avaliação de variedades de sementes, em colaboração com o Instituto de Investigação, visando o aumento da sua produtividade na produção agrícola para garantir a auto-suficiência alimentar e acções com vista a garantir a disponibilidade de sementes.

A SEMOC, S.A.R.L., está distribuída geograficamente em Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula, tem um total de 120 trabalhadores e tem a seguinte estrutura de funções: Direcção Geral, Departamento de Processamento, Departamento de Administração e Finanças; Departamento de Investigação e Produção, presentemente a empresa está em processo de transferência da sede e todos os serviços administrativos para a província de Manica.

A composição do seu capital social, é de 51% da Seed Co; 30% do Governo de Moçambique, 9,5% da Svalof AB e de 9,5% da Swedfund. A inclusão de parceiros estrangeiros, prende-se com a necessidade de aproveitamento da sua longa experiência na produção e comercialização de sementes em Africa.

4.2 – Política contabilística

A empresa utiliza na contabilização das suas operações o método do custo histórico, preconizado no Plano Geral de Contabilidade, com excepção do activo imobilizado corpóreo, reavaliado nos termos dos Decretos 13/88 e 33/93.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, são convertidos ao câmbio de 31 de Dezembro de cada ano, sendo a diferença, lançada na conta “resultados extraordinários do exercício” e refletido na demonstração de resultados da empresa.

Para além da reavaliação dos activos imobilizados, reavaliados nos termos dos Decretos 13/88 e 33/93, a empresa não aplica outros procedimentos tendentes a reflectir a impacto da inflação nas contas da empresa.

4.3 – Ajustamento das demonstrações financeiras

Método Integrado de Ajustes Monetários.

Baseia – se na correção do balanço e demonstração de resultados sem constituir qualquer outra conta, pois os ajustes monetários anulam-se entre si, resultando num novo resultado contabilístico ajustado. A sua aplicação comporta as seguintes etapas:

- Ajustamento dos valores do balanço e
- Ajustamento dos valores da demonstração de resultados.

No presente trabalho, considerou-se as demonstrações financeiras da Semoc, S.A.R.L. dos exercícios económicos de 1999 e 2000, Anexos A e B.

Informações adicionais as demonstrações financeiras do ano 2 000

1 – A taxa de inflação utilizada foi de 11,8%;

2 – Das despesas operacionais, 1 405 104 contos, refere-se a amortizações do exercício;

3 – No exercício 2 000, foram adquiridos imobilizados no valor de 1 561 050 contos, cujo valor da amortização do período foi de 312 210 contos.

Ajuste do balanço

1 – Cálculo do fundo de manei

	1 999	2 000
Caixa e bancos	12 984 418	3 827 986
Devedores	7 791 678	13 531 329
Desc. Bancário e fornecedores	(6 765 943)	(24 463 668)
Fundo de manei monetário	14 010 153	(7 104 353)
Existências	8 135 104	13 061 961
Fundo de Maneio	22 145 257	5 957 608

2 – Ajuste das imobilizações

$$\Delta MI = MI_t - MI_{t-1} = 49 137 040 - 47 575 990 = 1 561 050$$

$$MI_{t-1} * ti + \Delta MI * ti / 2 = 47 575 990 * 11,8\% + 1 561 050 * 11,8\% / 2 = 5 706 069$$

3 – Ajuste das amortizações

Do período

$$47 575 990 \rightarrow 1 092 894 * 11,8\% = 128 962$$

$$1 561 050 \rightarrow 312 210 * 11,8\% / 2 = 18 421$$

Dos periodos anteriores

$$Act-1 \rightarrow (Act - A) * ti = (29\,007\,506 - 1\,405\,104) * 11,8\% = 3\,404\,466$$

$$Total = 128\,962 + 18\,421 + 3\,404\,466$$

4 – Ajuste das existências

$$\text{Rotação das existências (r)} = C^\circ \text{ vendas} / Eft = 36\,842\,558 / 13\,061\,961 = 2,821$$

$$Efa = Eft * 1/r * ti / 2 = 13\,061\,961 * 1 / 2,821 * 11,8\% / 2 = 273\,185$$

5 – Ajuste dos fundos próprios

$$ti * fpt-1 = 11,8\% * 37\,326\,874 = 4\,404\,571$$

6 – Ajuste de resultados

$$Ra = R + ti * (MI_t + MI_{t-1}) / 2 - (ti * Act - ti / 2 * A) + Efa - ti * (fpt-1 + fpt) / 2$$

$$Ra = (18\,637\,740)$$

O resultado contabilístico, prejuízo de 16 087 959 contos, agravou em face do ajuste monetário efectuado em 1 829 781 contos, passando o resultado ajustado do exercício para 18 637 740 contos Anexo C. Este ajuste adquire diferença significativa quanto maior for a diferença entre MI_{t-1} e FP_{t-1}, neste caso, trata-se de uma empresa cuja estrutura financeira respeita as regras mínimas do equilíbrio financeiro. Se pelo contrário, se registar uma insuficiência dos fundos próprios para a cobertura dos meios imobilizados, então o resultado contabilístico será inferior ao resultado monetariamente ajustado.

Desta constatação permite-se reconhecer que a estrutura financeira da empresa, é determinante no ajuste das contas, visto que ela condiciona o resultado ajustado pela consideração do efeito da inflação.

Ajuste da demonstração de resultados

1 – Ajuste das vendas

$$\begin{aligned} \text{Ajuste} & \quad ti / 2 * V = 11,8\% / 2 * 51\,173\,642 = 3\,019\,245 \\ \text{Ajustadas} & \quad (1+ti/2)*V = (1+11,8\%/2)*51\,173\,642 = 54\,192\,887 \end{aligned}$$

2 – Ajuste das existências iniciais

$$\begin{aligned} \text{Ajuste} & \quad ti * Eft-1 = 11,8\% * 8\,135\,104 = 959\,942 \\ \text{Ajustadas} & \quad (1 + ti) * Eft-1 = (1 + 11,8\%) * 8\,135\,104 = 9\,095\,046 \end{aligned}$$

3 – Ajuste das compras

$$\begin{aligned} \text{Ajuste} & \quad ti / 2 * C = 11,8\% / 2 * 41\,769\,415 = 2\,464\,395 \\ \text{Ajustadas} & \quad (1+ ti/2) * C = (1+11,8\% / 2) * 41\,769\,415 = 44\,233\,810 \end{aligned}$$

4 - Ajuste existências finais

$$\begin{aligned} \text{Ajuste} & \quad Efa = 273\,185 \\ \text{Ajustadas} & \quad Ef + Efa = 13\,061\,961 + 273\,185 = 13\,335\,146 \end{aligned}$$

5 – Perdas por detenção do fundo de manei

$$\text{Ajuste} \quad ti * (Fmt + Fmt-1) / 2 = 11,8\% * (-7\,104\,353 + 14\,010\,153) / 2 = 407\,442$$

6 – Despesas operacionais

$$\begin{aligned} \text{Ajuste} & \quad ti / 2 * D.op = 11,8\% / 2 * 13\,704\,088 = 808\,541 \\ \text{Ajustadas} & \quad (1 + ti/2) * 13\,704\,088 = 14\,512\,629 \end{aligned}$$

7 – Despesas financeiras

Realizadas

$$\text{Ajuste} \quad ti / 2 * Df = 11,8\% * 670\,474 = 39\,558$$

$$\text{Ajustadas} \quad (1 + ti / 2) * Df = (1 + 11,8\% / 2) * 670\,474 = 710\,032$$

Ganhos de endividamento

$$\text{Ajuste} \quad ti * (Pft + Pft+1) / 2 = 1\,517\,455$$

8 – Amortizações

$$\text{Ajuste} \quad 11,8\% / 2 * 312\,210 + 11,8\% * 1\,092\,894 = 147\,381$$

$$\text{Ajustadas} \quad 1\,405\,104 + 147\,381 = 1\,552\,485$$

A demonstração de resultados ajustado, consta do Anexo D., onde se verifica um agravamento do prejuízo contabilístico do exercício de 1 448 582 contos para 1 465 956 contos em face do ajuste na demonstração de resultados do ano 2000. Este agravamento, resulta da actualização dos valores a custo histórico constantes das demonstrações financeiras primárias e ajustadas a taxa de inflação de 11,8%, onde ressaltam os efeitos da detenção de fundo de maneiço que provocaram perda no valor de 407 442 contos, que é compensada pelo ganho do endividamento no valor de 1 517 455 contos, que vai atenuar o valor do aumento do prejuízo do exercício e conseqüente do prejuízo acumulado da empresa.

4.4 – Efeitos do ajuste monetário na análise econômico e financeira

O efeito da variação do nível geral de preços, provoca um desajustamento nas demonstrações financeiras das empresas, apesar da observância dos princípios de contabilidade geralmente aceites seguidos na sua elaboração. As conclusões obtidas com base nas demonstrações ajustadas, são diferente que as obtidas com base na contabilidade a custo histórico, o resultado contabilístico não é o mesmo, em certos casos, os lucros avultados transformam-se em resultados inferiores ou mesmo em prejuizos, o que tem implicações na análise do desempenho da empresa, que normalmente é avaliado com base no resultado, bem como na política de dividendos e no imposto a pagar.

No caso da Semoc, o prejuizo contabilístico, foi agravado em 17 374 contos, passando para 1 465 956 contos o prejuizo ajustado do exercício, a empresa que já não era rentavel, viu a sua situação com o ajuste agravada, como se pode avaliar com base nos indicadores abaixo:

Rácio	Cont. Cº historico	Cont. Cº ajustados
Cap. Prop = Res / C Prop	- 1 448 552 / 21 967 497 = - 6,59 %	- 1 465 956 / 21 967 497 = - 6, 67%
Inv. Total = (Res+Df) / I.T	- 1 448 552 / 50 550 810 = - 2,87%	- 1 465 956 / 53 125 598 = - 2, 76%
Vendas = Res. / Vendas	- 1 448 552 / 51 173 642 = - 2,83%	- 1 465 956 / 54 192 887 = - 2, 71%

Quanto a utilização dos recursos tem-se:

Rácio	Cont. Cº historico	Cont. Cº ajustados
Rot. Stocks = Cº V / E.F.	36 842 558 / 13 061 961 = 2,82	40 401 152 / 13 335 146 = 3,02
Rot. Act. Total = V / A.T.	51 173 642 / 50 550 810 = 1,01	54 192 887 / 53 125 598 = 1,02

Da análise dos indicadores, pode-se inferir que o desempenho da empresa, é afectada negativamente pelas margens dado que o resultado tanto o contabilístico como o ajustado, foi um prejuízo. Quanto a utilização dos recursos, a sua oscilação não foi significativa e com pouca influência na alteração do resultado, pelo que a empresa deve rever as margens que aplica de forma a tornar-se rentável.

O ajuste monetário, pode transformar resultados positivos em negativos e em caso de aceitação fiscal, não dariam lugar a tributação dos resultados e muito menos a distribuição de resultados pelo facto da empresa apresentar prejuízos. No caso prático a Semoc tanto na contabilidade a custos históricos como após o ajustamento apresenta prejuízo do exercício, pelo que isento de pagamento de imposto.

O ajuste permite evitar a distribuição de resultados nos casos de resultado ajustado negativo, (prejuízo) e conseqüentemente a diminuição do capital próprio da empresa e a sua descapitalização por via dessa distribuição, com conseqüencias óbvias no fundo de maneio da empresa.

A estrutura financeira da empresa na contabilidade a custos históricos apresenta-se equilibrada com os capitais próprios no valor de 20 518 915 contos, a cobrirem o activo fixo líquido 20 129 534 contos, após o ajuste esta, apresenta-se ligeiramente reforçada passando os capitais próprios para 23 093

703 contos e os activos fixos liquidos em 22 431 137 contos, o que significa a manutenção do equilíbrio financeiro da empresa, a solvabilidade e a liquidez, como se pode constatar com base nos indicadores da situação financeira.

Rácio	Cont. C° historico	Cont. C° ajustados
Solv. Total = A.total / P Ex	50 550 810 / 30 031 895 = 1,68	53 125 598 / 30 031 895 = 1,77
Liq Geral = A circ. / P circ	30 421 276 / 24 463 668 = 1,25	30 694 461 / 24 463 668 = 1,26
F Maneio = A circ – P circ	30 421 276 – 24 463 668 = 5 957 608	30 694 461 – 24 463 668 = 6 230 793

Da análise dos indicadores, pode-se constatar que tanto na contabilidade primária como após o ajuste a empresa, apresenta pouca oscilação dos seus indicadores, em resultado da taxa de inflação utilizada no ajuste das contas.

Quando os níveis de inflação são acentuados, é importante acompanhar a sua evolução, avaliando as suas implicações nas contas da empresa, de modo a viabilizar o seu ajustamento atempado e permitir a definição de estratégias e políticas empresariais de forma a manter a boa imagem e uma estrutura financeira que dê garantias de estabilidade a todos que com ela se relacionam.

CAPÍTULO V

Conclusões e recomendações

Como sistema de informação de apoio à gestão, a contabilidade, elabora e disponibiliza a informação das operações patrimoniais aos administradores e gestores através das demonstrações financeiras, de modo a assegurar oportuna e com segurança a tomada de decisões que permitam a concretização dos objectivos empresariais.

A utilidade desta informação será tal, se for fornecida atempadamente e reflectir fielmente a realidade financeira da empresa, suas operações e o seu património.

Não obstante a observância dos requisitos e princípio geralmente aceites na elaboração de tal informação, com objectivo de que estas traduzam a imagem de verdade e apropriada da empresa, esta só é possível em épocas de estabilidade monetária em que não se verificam oscilações no poder de compra da moeda, o que não acontece em períodos de variação da moeda, nomeadamente com a inflação, que vai resultar numa perda do poder de compra.

Ao utilizar o princípio de custo histórico no registo e valorização do património, com a variação negativa do poder aquisitivo da moeda, tais registos estarão desajustados a realidade, reflectindo-se nas demonstrações financeiras, que deixam de traduzir a real situação financeira da empresa, os resultados aparecerão sobreavaliados, os valores do património distorcidos, o que faria com que esta deixa-se de ser um instrumento útil a gestão para a tomada de decisões empresarial.

Para os utilizadores da informação contabilista, é desejável que as operações e o valor patrimonial, tenham o mesmo significado, quer com estabilidade ou

instabilidade monetária, para tal, é necessário ajustar a informação contabilística, fornecida a custo histórico em face da alteração do poder aquisitivo da moeda, com vista a garantir a manutenção do capital monetário, o que só é possível, alargando o princípio do custo histórico.

O reajustamento visa a superação dos efeitos das variações do nível geral de preços. A harmonização contabilística nacional, não dedicou a devida atenção a este fenómeno, recorrendo apenas a reavaliação do imobilizado que atenua, com implicações fiscais para as empresas, uma vez que para além de a reavaliação só poder ser feita por via legislativa, ela é restritiva não considera a totalidade dos acréscimos dos custos em amortização dessas reavaliações.

O método integrado de ajustes monetários, analisa todas as rubricas das demonstrações financeiras e de acordo com a natureza e comportamento dos fluxos encontra o ajuste adequado. A magnitude do efeito depende da inflação registada, da estrutura financeira da empresa, do tipo de actividade, e não cria reservas.

Apesar da barreira legal, e de acordo os princípios geralmente aceites, nada obsta que se façam os ajustamentos nas demonstrações financeiras para efeitos de gestão empresarial de modo a permitir um processo decisório com base na realidade empresarial, prevenindo a descapitalização da empresa.

No caso da Semoc, S.A.R.L., a empresa apresenta no ano 2 000, prejuízo contabilístico do exercício de 1 448 582, passando após o ajuste para 1 465 956 contos, este resultado, é devido a baixas margens da empresa. Embora não rentável, a empresa apresenta-se equilibrada financeiramente, com os capitais próprios a cobrirem a totalidade dos activos fixos líquidos mesmo após o ajuste monetário, ela é solúvel, com capacidade de cobertura do seu passivo exigível com base no activo total e com liquidez .

Anexo A

Balancos sinteticos da SEMOC - Sementes de Mocambique, S.A.R.L.	Em contos	
	1999	2000
ACTIVO		
Activo corrente		
Caixa e bancos	12,984,418	3,827,986
Devedores	7,791,678	13,531,329
Existências	8,135,104	13,061,961
Subtotal	28,911,200	30,421,276
Activo Imobilizado		
Imobilizado fixo	47,575,990	49,137,040
Amortizacoes	(27,602,402)	(29,007,506)
Subtotal	19,973,588	20,129,534
ACTIVO TOTAL	48,884,788	50,550,810
Passivo corrente		
Descoberto bancario	50,624	0
Fornecedores	6,715,319	24,463,668
Subtotal	6,765,943	24,463,668
Passivo financiamento		
Outros credores	15,897,524	1,169,721
Creditos bancarios	4,253,824	4,398,506
Subtotal	20,151,348	5,568,227
Fundos propios		
Capital social	34,611,700	34,611,700
Reservas de capital	2,715,174	2,715,174
Lucros ou prejuizos acum.	(15,359,377)	(16,807,959)
Subtotal	21,967,497	20,518,915
PASSIVO TOTAL	48,884,788	50,550,810

Anexo B

Demonst. de resultados SEMOC - Sementes de Mocambique, S.A.R.L.	1999	2000
PROVEITOS		
Vendas	15,171,169	50,971,410
Proveitos financeiros	23,141	202,232
Subtotal	15,194,310	51,173,642
Custo das vendas	7,224,120	36,842,558
Margem bruta	7,970,190	14,331,084
Despesas operacionais	13,072,128	15,109,192
Prejuizo operacional	5,101,938	778,108
Encargos financeiros	200,820	670,474
Resultados	5,302,758	1,448,582

Anexo C

Balancos ajustado da SEMOC , S.A.R.L. Em 31 de Dezembro de 2 000 Em contos

	Primário	Ajuste	Ajustado
ACTIVO			
Activo corrente			
Caixa e bancos	3,827,986		3,827,986
Devedores	13,531,329		13,531,329
Existências	13,061,961	273,185	13,335,146
Subtotal	30,421,276	273,185	30,694,461
Activo Imobilizado			
Imobilizado fixo	49,137,040	5,706,069	54,843,109
Amortizacoes	(29,007,506)	-3,404,466	(32,411,972)
Subtotal	20,129,534	2,301,603	22,431,137
ACTIVO TOTAL	50,550,810	2,574,788	53,125,598
Passivo corrente			
Descoberto bancario	0		0
Fornecedores	24,463,668		24,463,668
Subtotal	24,463,668		24,463,668
Passivo financiamento			
Outros credores	1,169,721		1,169,721
Creditos bancarios	4,398,506		4,398,506
Subtotal	5,568,227		5,568,227
Fundos propios			
Capital social	34,611,700	4,084,180	38,695,880
Reservas de capital	2,715,174	320,391	3,035,565
Lucros ou prejuizos acum.	(16,807,959)	-1,829,783	(18,637,742)
Subtotal	20,518,915	2,574,788	23,093,703
PASSIVO TOTAL	50,550,810	2,574,788	53,125,598

Anexo D

Demonst. de resultados SEMOC, S.A.R.L. em 31 de Dezembro 2 000 Em contos

	Primário	Ajuste	Ajustado
PROVEITOS			
Vendas	51,173,642	3,019,245	54,192,887
Subtotal	51,173,642	3,019,245	54,192,887
Custo das vendas			
- Existência inicial	8,135,104	959,942	9,095,046
- Compras	41,769,415	2,464,395	44,233,810
- Existência finais	-13,061,961	-273,185	-13,335,146
- Perda detenção fundo manei		407,442	407,442
	36,842,558	3,558,594	40,401,152
Margem bruta	14,331,084	-539,349	13,791,735
Despesas operacionais	-13,704,088	-808,541	-14,512,629
Prejuizo operacional	626,996	-1,347,890	-720,894
Encargos financeiros			
- Realizadas	-6,704,474	-39,558	-6,744,032
- Ganhos de endividamento		1,517,455	1,517,455
Amortizações	-1,405,104	-147,381	-1,552,485
Resultados			
- Exercícios anteriores	-15,359,377	-1,812,407	-17,171,784
- Exercício	-1,448,582	-17,374	-1,465,956
Resultados	-16,807,959	-1,829,781	-18,637,740

Bibliografia

Costa, Carlos Baptista da 1995. Auditoria Financeira: Lisboa: Rei dos livros;

Reis, José Viera dos Reis 1987. Os documentos de prestação de contas na C.E.E.. Lisboa: Rei dos livros;

Fernandes, Gastambide 1984. As variações de preços e as contas das empresas. Lisboa: Câmara dos Revisores Oficiais de Contas;

Samuelson, P. A.; Nordhaus, W. D. 1991. Economia 12ª Edição. Lisboa: Macgraw-Hill

Braga, Hugo R., 1990. Demonstrações financeiras - estrutura, análise e interpretação. São Paulo: Editora Atlas S.A. - 2ª edição.

Mosse, Marcelo 2001. Conjuntura económico - financeira(1), "O Banco Central explica-se". Jornal o Metical Nº 1019 de 02/07/2001;

Decretos 13/88 de 11/11/88 e 33/99 de 3/12/93 ✓

